

MILITARIZAÇÃO/DESMILITARIZAÇÃO: CONCEITOS CONTESTADOS

Aluno: Pedro Paulo dos Santos da Silva

Orientador: Monica Herz

Introdução

Essa pesquisa teve como objetivo principal explicitar o quanto o conceito de militarização é contestado e a relação dialética entre militarização e desmilitarização. Assim, inicialmente, essa pesquisa buscou mapear algumas perspectivas sobre esse conceito, em especial como o mesmo é abordado pela literatura da disciplina de Relações Internacionais. Desse mapeamento, se tornou possível destacar a estreita relação entre entendimentos de militarização e de desmilitarização. Ademais, à luz da conjuntura regional, a pesquisa se propôs a elucidar a necessidade de um debate mais amplo sobre o que consiste a militarização (e, conseqüentemente, a desmilitarização) para a consolidação do Estado Democrático de Direito na América Latina. Nesse sentido, a pesquisa teve como estudo de caso a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), com o propósito de caracterizar, empiricamente, a importância da alteração teórico-conceitual, discutida anteriormente, para que se pense uma Segurança Pública Democrática.

Portanto, esse relatório irá refletir as diferentes etapas dessa pesquisa em suas seções. Desse modo, a primeira seção apresentará o debate teórico-conceitual sobre militarização e desmilitarização e, em seguida, a segunda seção irá caracterizar a conjuntura regional de militarização e sua relação com o Estado Democrático de Direito. Em um terceiro movimento, a desmilitarização PMERJ será discutida à luz da discussão teórico-conceitual feita nas seções anteriores e, por fim, a última seção apontará algumas conclusões da pesquisa para se pensar a conjuntura atual da região.

Militarização e Desmilitarização: um debate teórico-conceitual

Anna Stravianakis e Jan Selby [1], apontam em *Militarism and International Relations: Political economy, security, theory*, que o conceito de militarização é extremamente contestado, ou seja, não possui uma única definição consensualmente aceita. A afirmação de Stravianakis e Selby, demonstram a problemática central que se buscou tratar nessa pesquisa, a saber: o que é a militarização?

No mesmo livro, David Kinsella [2] trata a militarização como um processo em que o Estado expande seu potencial bélico – visão também compartilhada por Slack *et al* [3]. Como o mesmo afirma,

“As a process, militarization consists of the activities or preparations taking place within a society – weapons procurement, conscription, base construction, etc. – whereby the government becomes (presumably) better equipped to undertake military action against foreign or domestic enemies.” [2]

Nos termos de Kinsella, a militarização é sinônimo de aumento do poder militar, construção e proliferação de armamentos, etc. Contudo, o autor ressalta que existe um nível de crescimento bélico normal, logo, apenas o crescimento *excessivo* caracterizaria um processo de militarização [2]. Além disso, ele reconhece que um nível de expansão militar ‘normal’ é um entendimento subjetivo, mas para o autor isso não tornaria sua concepção de militarização problemática [2].

Uma crítica possível que se pode fazer ao autor, é que sua perspectiva de militarização é demasiadamente centrada no Estado, pois, ela toma como objeto central o poder militar estatal. Tomando a definição de Kinsella, se pode afirmar que a desmilitarização, em virtude do conceito de militarização do autor, seria estabelecer um nível em que a expansão do poderio bélico se mantém em um nível normal e não excessivo.

Ademais, David Kinsella também apresenta em sua discussão uma importantíssima diferenciação, aquela entre militarismo e militarização [2]. Para o autor, militarismo seria a pré-disposição de empregar meios militares como método de resolução de conflitos [2], compreensão também compartilhada por outros autores [3]. É interessante ressaltar que a concepção de Kinsella, torna explícita uma estreita relação entre militarismo e militarização, para o autor o ideário do militarismo e o processo de militarização estariam intimamente ligados [2, 4].

Em termos institucionais-organizacionais, também é possível compreender a militarização como a subordinação das policiais militares brasileiras ao Exército, fazendo com as mesmas sejam entendidas como forças auxiliares, e que elas devem se organizar (hierarquicamente) de maneira semelhante ao Exército [5]. Além disso, as policiais militares também são julgadas pela Justiça Militar, não pela Justiça Civil, como outros trabalhadores [5], por exemplo. A partir desse exemplo é possível cristalizar uma maneira de enxergar a militarização em teor de uma determinada organização institucional – ainda entendendo a militarização como ligada ao Estado.

Tendo em vista essa última definição, a maioria dos policiais militares do Brasil, apontam que algumas formas de desmilitarização seriam, por exemplo, o fim da Justiça Militar para as policiais militares; fim da subordinação das policiais ao Exército Brasileiro; eliminação das hierarquias militarizadas [5]. Porém, diferentemente das duas definições de militarização (e desmilitarização) anteriormente discutidas, também é possível pensar a militarização para além de sua correlação com o Estado.

Uma amostra de perspectivas não centradas no Estado, é, por exemplo, representada pela discussão de militarização da infância [6], em que crianças em situação análoga a de um soldado, são obrigatoriamente conscritas em uma força armada regular ou não. O debate sobre a militarização da infância, centra o processo de militarização na criança, ou seja, em indivíduos com menos de 18 anos, demonstrando que a militarização não deve ser pensada estritamente em correlação com o Estado, mas em outros aspectos sociais.

Nessa perspectiva, é possível pensar a militarização da indústria de produtos infantis. Lori Crowe, seguindo esse raciocínio, afirma ser importantíssimo analisar

“(…)the relationship between the entertainment industry in North America and the military-industry complex and asking how the reincarnated modern day super-heroes of mainstream popular culture function to militarize children’s everyday lives, ultimately playing role in creation a loyal fan base form military culture. Just as popular culture more broadly has the ability to send political and ideological messages to audiences who then receive and respond in different ways, the superhero genre in general and superhero films in particular convey a militarized ethos.” [7]

A autora, assim, demonstra a importância de se pensar a militarização em seus outros aspectos. À citação acima, que trata do gênero de super-heróis, é possível também adicionar desenhos como *G. I. Joe* e jogos de videogame como *Call of Duty* e *Medal of Honor*, que tem crianças e adolescentes como públicos-alvo, e possuem um altíssimo grau de militarização [8]. Por conseguinte, a militarização não deve ser apenas definida em termos de crescimento excessivo de poder bélico ou organização institucional de policiais militares, mas também ao que James Der Derian chama de *Military-Industrial-Media-Entertainment Network* [9].

À luz do debate sobre militarização da infância, é possível depreender, como anteriormente, que a militarização nem sempre está relacionada ao Estado e que ela afeta

diversos aspectos da vida social, como a cultura popular de filmes, desenhos e videogames. Além disso, ela também atinge diversos estratos sociais e indivíduos de diversas idades, não apenas tomadores de decisão e integrantes de forças armadas ou policiais regulares.

Dialogando com tais perspectivas menos focadas no Estado como fonte da militarização, Martin Shaw [10] afirma que o “(...)militarism denotes *the penetration of social relations in general by military relations*; in militarization, militarism is extended, in demilitarization, it contracts.” (ênfase do autor). Dessa forma, o autor recupera o debate entre a estreita relação entre militarismo e militarização, mas ele se distancia de uma visão em que o Estado é objeto central e aponta para centralidade das relações sociais. Em outras palavras, assim como David Kinsella, Shaw afirma que a militarização decorre de um crescimento do militarismo, entretanto, o autor constrói uma definição de militarismo histórico-sociológica [10].

A abordagem de Martin Shaw e aquelas que se voltam para a *Military-Industrial-Media-Entertainment Network* explicitam maneiras mais profundas de se pensar o processo de desmilitarização. No primeiro caso, a militarização é pensada em termos de um complexo entre a indústria bélica e a indústria midiática e do entretenimento, portanto, desmilitarizar seria combater as diversas micro expressões da militarização, que iriam desde filmes de super-heróis que reproduzem o *ethos* militar até videogames com temáticas militares. Por outro lado, tomando a abordagem de Shaw, a desmilitarização, como o próprio autor coloca, seria a contratação do militarismo, ou seja, a diminuição da penetração de relações militares em relações sociais. Consequentemente, se pode argumentar que essas duas últimas perspectivas teórico-conceituais, propõe abordagens sobre militarização mais complexas e aprofundadas.

A partir das discussões apresentadas nessa seção, se pode afirmar que essas distintas conceituações sobre militarização e desmilitarização, possuem enfoques, potencialidades e fraquezas distintas. Porém, se faz necessário adotar uma abordagem que possa abarcar essas distinções teórico-conceituais, de modo que se possa pensar o processo de militarização e, consequentemente, desmilitarização, de uma maneira ampla e que apresente a complexidade do desafio a ser enfrentado¹. À vista disso, essa pesquisa adota a abordagem de militarização feminista, concebida por Cynthia Enloe, em que militarização

“(…)is a step-by-step process by which a person or a thing gradually comes to be controlled by the military *or* comes to depend for its well-being on militaristic ideas. The more militarization transforms an individual or a society, the more that individual or society comes to imagine military needs and militaristic presumptions to be not only valuable but also normal. Militarization, that is, involves cultural as well as institutional, ideological, and economic Transformations. To chart the spread of militarization, then, requires a host of skills: the ability to read budgets and interpret bureaucratic euphemisms, of course, but also the ability to understand the dynamics of memory, marriage, hero-worship, cinematic imagery, and the economies of commercialized sex. Militarization, on the other hand, doesn't shape everything all the time. If it did, it would be impossible to distinguish. For instance, even a gun can be militarized or *unmilitarized*. If the gun, an instrument designed to inflict pain and harm, is used to hunt rabbits by a person for whom eating rabbits is necessary for his or her diet, that gun and its user are not very usefully thought of as militarized. The gun's use may still be controversial, of course, igniting useful debates about cruelty to animals, about public safety. But if this gun begins to be seen by its owner not only as a tool for obtaining an essential food but also as an instrument to ensure the security of the society against diffusely imagined enemies, or as a symbol of manly self-expression or masculinized citizenship dependent on the superior control of violence,

¹ Afirmo que a desmilitarização é um desafio, porque parto de um ponto de vista em que a militarização é um problema, o que não é uma visão consensualmente aceita [4]. O porquê dessa pesquisa adotar um posicionamento crítico ao processo de militarização, seria explicitado posteriormente na discussão sobre a PMERJ, em que os efeitos da militarização serão discutidos à luz desse estudo de caso.

then that gun and its owner and anyone who admires or abets the owner are cruising down the ramp onto the militarization highway.” [11]

A definição de Enloe é especialmente útil, porque entende o processo de militarização como um gradual e com caráter multifacetado, além de considerar as possíveis sutilezas do mesmo. Enloe também aponta para uma definição em que indivíduos ou sociedades são guiados por um ideário militarizado, abarcando a definição de Shaw e aquelas calcadas em debates sobre a mídia e a indústria do entretenimento, e também adiciona outros fatores como relações de gênero ao debate. Por fim, a autora indica que a desmilitarização, por conseguinte, deve ser um ampla e sensível as diversas expressões da militarização, das mais sutis até as mais evidentes.

Em síntese, o objetivo nessa seção era mapear o debate teórico-conceitual sobre militarização na disciplina de Relações Internacionais, elucidando diferentes definições sobre o conceito e apontando, simultaneamente, concepções de desmilitarização possíveis à luz das diversas abordagens discutidas anteriormente. Com intuito de resumir essa seção, a tabela 1 apresenta as diferentes abordagens teórico-conceituais sobre militarização, em termos de suas definições de militarização e seus objetos de referência.

Abordagem Teórico-Conceitual	Definição	Objeto de referência
Militarismo excessivo	Militarização como a expansão do poderio bélico de um Estado.	Estado
Institucional-organizacional	Militarização como organização de uma instituição, de maneira análoga às Forças Armadas.	Estado
Complexo de Entretenimento-Midiático-Militar-Industrial	Militarização como expressões de um <i>ethos</i> militar na indústria cultural.	Público-Alvo do Produto
Histórico-social	Militarização como penetração excessiva das relações militares nas relações sociais como um todo.	Relações Sociais
Feminista	Militarização como o controle por parte dos militares ou dependência do ideário militar, para garantia do bem-estar próprio.	Objetos inanimados, sociedade, indivíduos

Tabela 1: Definição de militarização, objetos de referência, desmilitarização

Militarização, Desmilitarização e Democracia na América do Sul

O debate teórico-conceitual da seção anterior, se mostra bastante frutífero para que se possa pensar a conjuntura regional de militarização. Como demonstram Dirk Kruijt e Kees Koonings [12], a América Latina é uma região em que o debate sobre militarização possui uma

posição de centralidade, quando se discute o avanço do Estado Democrático de Direito na região. Em larga medida, isso ocorre por conta da experiência que países como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, tiveram com governos militares, com altíssimo teor autoritário, durante a segunda metade do século XX [13].

Os autores, considerando as especificidades regionais, argumentam que

“(…)the meaning of Latin America militarism has been circumscribed by internal social and political conflict in a much more specific way. Latin America has been the continent of political soldiers and military politicians. During most decades of the previous century the true significance of the Latin American armed forces was in their political nature. As a stabilizing force, as disinterested arbiter, as a protecting power of the constitution, as a guardian of national development, the military constantly intervened in political matters. (...) It is widely held that, after the 1980s, democratic transitions have diminished towards conventional, apolitical professionalism as the Latin American military sought new roles in a redefined national, regional, and global security environment.” [12]

Assim como Larry Diamond *et al.* [13], o que Kruijt e Koonings destacam é uma conjuntura histórico-social para a emergência do militarismo e da militarização na América Latina, como um todo. Nesse sentido, os autores não seguem leituras voltadas para teorizar fenômenos de uma maneira generalista e objetiva-cientificamente, relegando fatores históricos fundamentais da análise [14]. Ademais, é essencial sublinhar para o argumento a se desenvolver posteriormente, que a militarização é prejudicial para a consolidação da democracia nos Estados da região [13, 15].

Os autores são pontuais em afirmar que

“During the decades of military dictatorships and heavy-handed civil-military governments, the instrument of power *par excellence* was the array of parallel services: military intelligence, security bodies, the police, police extensions, paramilitary forces and related death squads. The structure of these shadowy forces was left intact after the transition to democracy, although with the elimination of the most infamous organizational segments. This has contributed to four sets of ‘leftovers’ of militarism in Latin America: the lack of effective democratic control; the public’s continued confidence in military institutions, in part related to the ongoing tradition of civic action by the military as the sole representative of the public sector in remote and underdeveloped regions; the relative lack of technical expertise in intelligence and security matters in post-Cold War Latin America; and the continued, and in many cases, even renewed military role in domestic law enforcement and crime fighting. This means not only direct or hidden control over police forces and police tasks by the military hierarchy, but also the militaristic organization and culture in most Latin American police forces to date.” [12]

Essa conjuntura após o fim dos regimes autoritários na América Latina, como argumentam Diamond *et al.*, torna

“(…) imperative that newly restored democracies in Latin America (and elsewhere) reorient the military role around external defense, reduce military prerogatives to control or influence vast reaches (military and nonmilitary) of the state, the political system, and even civil society, and assert civilian control and oversight even over strictly military functions.” [13]

Dessa maneira, seguindo os argumentos colocados acima, a militarização histórica na região é prejudicial para o Estado Democrático de Direito, especialmente pelas violações de direitos humanos ocasionados pelo altíssimo grau de militarização e também por conta da interferência histórica dos militares nos regimes políticos [12]. É nesse contexto, que parte fundamental dos chamados processos de transição democrática ocorridos ao fim dos regimes militares, era a atenção para a militarização e a necessidade de se combatê-la [13], como explicitado no início dessa seção.

Todavia, tendo em vista os pontos expostos anteriormente, é possível depreender dos autores entendimentos de democracia ou, em alguma medida, aquilo que seria necessário, do ponto de vista da desmilitarização, para a consolidação de um regime democrático. O que se pode observar quando Dirk Kruijt e Kees Koonings discutem as continuidades da militarização da América Latina, é uma compreensão de militarização que dialoga com aquelas visões em que o Estado e o militarismo são objetos de referência. É possível também, afirmar que quando Diamond *et al.* afirmam que as democracias latino-americanas precisam reorientar o papel das Forças Armadas, os autores deixam claro que seu entendimento de militarização está voltado para o Estado – o que faz sentido considerando o contexto do qual os autores partem, mas ainda assim é uma concepção limitada de militarização.

Portanto, é possível afirmar que a desmilitarização que se pode depreender dos argumentos de Kruijt e Koonings e de Diamond *et al.*, dialoga mais com perspectivas de militarização como militarismo excessivo [2] e a abordagem institucional-organizacional [5], isso porque ela tem como enfoque uma militarização centrada no papel das Forças Armadas. Nesse sentido, a relação entre desmilitarização e o Estado Democrático de Direito, é dada quase que exclusivamente pelo papel que as Forças Armadas terão na nova conjuntura político-social dos países latino-americanos.

Contudo, os argumentos dos autores não devem ser descartados, pois, primeiramente, eles são importantíssimos para se compreender alguns dos resquícios da militarização centrada no Estado, como, por exemplo, o controle direto ou indireto sobre o aparato de policiamento [5, 12]. E é fundamental afirmar, que essas expressões mais evidentes do processo de militarização e da importância do Estado não são apenas relevantes, mas cruciais para se compreender a militarização.

Por outro lado, os pontos dos autores também são interessantes para compreender os debates contemporâneos, especialmente no Brasil, sobre desmilitarização. Isso porque, em larga medida, as pautas de desmilitarização atuais [5] seguem a mesma racionalidade da expostas pelos autores anteriormente. Nessa perspectiva, é importante compreender essa conjuntura regional, para caracterizar os debates atuais e para que a crítica a ser tecida por essa pesquisa, a partir da conceitualização de Cynthia Enloe, seja entendida dentro de um debate maior. Como será discutido na próxima seção, atualmente a militarização é entendida em termos da tensão na separação entre a esfera civil e a militar e como essa divisão é corroída pela militarização, tornando a linha que separa ambos tênue.

Entretanto, é possível, antes de uma discussão sobre como a concepção de militarização compreendida nos termos citados acima é limitada e prejudicial para consolidação da democracia, afirmar que essa separação é tênue em si mesma., mesmo que não estivesse sendo tencionada pela militarização. Em outras palavras, é plausível argumentar que apesar da militarização fazer com que as esferas civis e militares se entrelacem [10], e que isso é problemático para as democracias latino-americanas [13], é essencial salientar que a divisão entre civil e militar, quando tratamos do aparato repressivo do Estado – policiais, serviços de inteligência [16], etc. –, é bastante problemática.

A divisão civil/militar, considerada por uns como prejudicial para a democracia [17] e por outros como fundamental para o Estado Democrático de Direito [13], é bastante problemática, como demonstra Mark Neocleous [18]. O autor, retomando Michel Foucault [19], argumenta que o “(...) ‘military dream of society’ (Foucault) is not warfare against distant enemies similarly organised but, rather, the police of the internal territory. The war power and the police power need to be grasped alongside, as part of and in conjunction with one another.”

Nesse sentido, entender militarização pela perspectiva institucional-organizacional, por exemplo, é partir de um pressuposto em que civil e militar são duas esferas muito bem demarcadas, ao invés de tensas. Em resumo, apesar da importância de se discutir militarização,

em âmbito local e regional, em termos do excessivo militarismo que os regimes militares ditadores deixaram nas instituições estatais da América Latina, não se deve considerar a tensão entre as esferas civil e militar como a única expressão da militarização, dado que essa divisão é historicamente tênue.

Como pensar outra desmilitarização?

A partir das discussões anteriores é possível indicar a importância de se debater militarização e, por consequência, desmilitarização, no Brasil contemporâneo e na América Latina como um todo. Como destacado na seção anterior, apesar dos processos de transição democrática na América Latina, ao fim dos regimes autoritários comandados pelas Forças Armadas, ainda há muitos resquícios daquele período nas instituições estatais [12]. À exemplo, são as policiais que até os dias atuais mantêm práticas militarizadas [20] nas ‘novas democracias’ da região.

Nessa perspectiva, afim de caracterizar a conjuntura atual, essa pesquisa utilizou o debate sobre Segurança Pública na cidade do Rio de Janeiro como estudo de caso, objetivando abordar a discussão teórico-conceitual sobre militarização/desmilitarização com um exemplo empírico. O recorte metodológico por uma análise voltada para o Rio de Janeiro, é justificado pela posição de importância que a cidade obtém no discurso nacional de Segurança, especialmente à luz da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 [21], além do contexto histórico da Segurança Pública na cidade [22]. Ademais, a instituição utilizada nesse relatório, é a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), escolha dada por essa agência ainda possuir ligações com o Exército Brasileiro [5].

Historicamente, a PMERJ é subornada ao Exército Brasileiro, isso porque a mesma era considerada uma força auxiliar na repressão de ‘inimigos internos’ durante o regime militar – algo não incomum na região [10]. Todavia, mesmo após a transição de um regime autoritário para um regime democrático, a PMERJ ainda se mantém extremamente militarizada [21], assim como outras forças policiais na região [18]. Esse histórico de subordinação das policiais militares às Forças Armadas, além preocupar os governantes dos Estados recém-saídos de ditaduras civis-militares [11], fez com que houvesse a manutenção de práticas antigas por das policiais militares. Portanto, a Segurança Pública desses países se mantém excessivamente militarizada até os dias atuais [23], o que ainda gera inúmeros problemas para o Estado, as policiais e parte da sociedade civil.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a continuidade dessa militarização trouxe consigo diversas problemáticas para os policiais [5, 24] e também para a população – particularmente a população negra, pobre e periférica [25]. Como indica o relatório *Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública* [5], feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a maior parte dos policiais no país é a favor, por exemplo, do fim da subordinação das policiais militares ao Exército; o fim da sujeição dos policiais militares à Justiça Militar; ao fim da hierarquia pautada na organização militar; e, por fim, ao direito a fazer greve. Essas pautas demonstram a busca dos policiais militares, em larga medida, de serem tratados como trabalhadores comuns e não como militares, um reflexo da militarização dos períodos de exceção nacional e que reverbera até os dias atuais nas condições de trabalho dos policiais.

Outro efeito da militarização nos policiais é demonstrado no relatório *O Bom Policial tem Medo*, feito pela organização não-governamental (ONG) de direitos humanos *Human Rights Watch* [24]. Nesse relatório, o “bom policial”, ou seja, aquela policial militar que se pauta pela legalidade e respeito aos direitos, sofre pressão de seus colegas para encobrir práticas que violam direitos da população. Comumente no período da ditadura civil-militar, práticas como execuções extrajudiciais e tortura [17] ainda podem ser observadas na PMERJ [24, 25]. Dessa

forma, o que esse relatório mostra é que nem todos os policiais corroboram (ou querem corroborar) com a manutenção de tais práticas, porém, esses normalmente sofrem pressões ou são ameaçados por seus colegas [24] – e em casos mais extremos, também são assassinados. Em outras palavras, a continuidade da militarização na PMERJ é bastante prejudicial para os policiais por não permitir boas condições de trabalho e também por colocar a vida dos mesmos em risco.

Por outro lado, essa militarização também afeta bastante a população. Como explicitado anteriormente, práticas como tortura e execuções extrajudiciais, ainda perduram, particularmente em regiões periféricas e racializadas [25]. Assim sendo, a PMERJ age com bastante violência e com excessivo emprego da força, fazendo com que parte do estado de exceção associado às ditaduras civis-militares perdurem até os dias atuais, em regiões específicas da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, as graves violações de direitos humanos demonstradas pelo relatório *Você Matou meu Filho*, da ONG de direitos humanos Anistia Internacional, apontam para a necessidade desmilitarizar da PMERJ [25].

À vista disso, assim como outras policiais da América Latina, a PMERJ, tentou com o passar das décadas, promover reformas institucionais e organizacionais objetivando conter a militarização da mesma e promover a chamada “Segurança Cidadã” [17]. Isso porque, como argumenta José Maria Pereira da Nóbrega Júnior [26], essa militarização é um entrave para a consolidação da democracia brasileira, além dos outros problemas destacados anteriormente. O autor argumenta que

“Quando um país passa por um processo de redemocratização, uma das primeiras medidas a ser tomada é a desmilitarização do seu aparato de segurança. O objetivo é tornar nítida a separação as funções militares e civis: a polícia é responsável pela ordem interna, enquanto os militares encarregam-se dos problemas externos. (...) Ponto importante para a efetividade da democracia é o que diz respeito à segurança dos indivíduos. A segurança é um direito civil e social, e consta nos artigos 5º e 6º da Constituição Federal de 1988. Em seu artigo n. 144, temos disponibilizado o seu ordenamento. A estrutura da segurança pública brasileira, que deveria ser de natureza civil e com fins de defender os interesses dos cidadãos brasileiros em quaisquer circunstâncias, preocupa-se mais com a defesa dos interesses do Estado do que da cidadania. O processo de militarização dessas instituições é a prova do hiperdimensionamento do Estado em relação aos cidadãos.” [26]

Nessa concepção, a desmilitarização dos aparatos de segurança pública, no caso dessa pesquisa, a PMERJ, é considerada um pré-requisito para a consolidação do Estado Democrático de Direito, pois, manteria o controle do poder civil sobre as Forças Armadas e conteria os efeitos sórdidos da mesma nas policiais e na população. Assim, a Segurança Pública deveria ser pautada em termos da garantia dos direitos dos cidadãos de um Estado (Segurança Cidadã). Como colocado anteriormente, essa compreensão é regional e não particular ao Brasil ou ao Rio de Janeiro, porém, a pesquisa toma o exemplo da PMERJ pela necessidade de um recorte explicitado anteriormente.

À luz dessa breve análise de conjuntura, é possível entender o cântico “Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da Polícia Militar” entoado em diversas manifestações públicas de setores entendidos como progressistas [27]. Entretanto, a partir do debate teórico-conceitual que essa pesquisa buscou fazer, é possível entender qual a compreensão de desmilitarização contemporânea da PMERJ e as limitações da mesma.

Considerando os relatórios do FBSP/FGV [5], da *Human Rights Watch* [24] e da Anistia Internacional [25], fica evidente que a desmilitarização seria em termos institucionais-organizacionais [5] e também visando a diminuição do militarismo excessivo nas relações sociais [9]. Como argumentado anteriormente, essas duas perspectivas são importantíssimas para a melhora nas condições de trabalho dos policiais militares e, ao mesmo tempo, para a contenção de uma via militarizada na gestão da segurança pública.

Todavia, quando levamos em consideração o livro *Elite da Tropa* [28] e o subsequente filme, derivado do livro, *Tropa de Elite*, se torna possível captar outros aspectos da militarização da PMERJ que não são considerados pela desmilitarização exposta anteriormente. Ademais, considerar essas expressões mais sutis da militarização é um movimento essencial para se entender a mesma por uma visão mais ampla [6,7,8,11]. O argumento que se tenta fazer nesse momento, é que a militarização deve ser enxergada em suas sutilezas, pois, como demonstra o exemplo do filme *Tropa de Elite*, a indústria-cultural também serve para normalizar a militarização. Em outras palavras, compreendermos militarização apenas em termos institucionais-organizacionais, por exemplo, não permite que se capte o quão um livro ou um filme podem tornar normais a militarização que certos setores da população sofrem. Anteriormente, um exemplo dado foram os jogos de videogame que normalizam a militarização, entendida em termos amplos, em crianças; porém, também é possível tecer o mesmo argumento para livros e filmes adultos como o *Tropa de Elite*.

Portanto, essa pesquisa entende a importância que se pautar a desmilitarização objetivando melhorar as condições de trabalho dos policiais militares e diminuindo a violência estatal para com setores específicos da sociedade. Mas, simultaneamente, é preciso entender a militarização como um processo multifacetado [11], e notar a importância que essas nuances possuem para (não apenas a expansão do militarismo, mas também para) a normalização da militarização da vida de parte da população [29].

Ademais, é fundamental ressaltar que se tratando do contexto histórico-social da militarização e violência no Rio de Janeiro e no Brasil, é preciso considerar também o teor racial desse fenômeno. Assim, como argumenta o coronel reformado da PMERJ, Jorge da Silva,

“Isolado esse componente da consensualmente admitida “discriminação social”, de classe, vai-se constatar que o fator raça/cor tem acentuado peso na produção da violência experimentada na cidade, e que a abstração desse dado, em vez de contribuir para a atenuação dos conflitos inerentes a qualquer sociedade, funcionará como potencializador desses conflitos. Políticas que, por qualquer razão, insistirem em descartá-lo descambarão inevitavelmente para o polo repressor, fazendo do Estado o garantidor da discriminação e da intolerância.” [30]

Por fim, acompanhando a definição de militarização de Cynthia Enloe [11], se faz necessário afirmar que é preciso considerar o racismo que, historicamente, caracteriza a violência policial no Rio de Janeiro e no Brasil, como uma variável essencial para um processo de militarização. Isso porque não é possível considerar como Estado Democrático de Direito, um país em que a violência para certos setores é crescente, particularmente por parte da polícia, e para outros ela só vem diminuindo [31]. Nesse sentido, o fim da Polícia Militar, como coloca o cântico entoado por manifestantes, seria apenas o início de um processo mais ampla e aprofundado de desmilitarização.

Conclusão

Tendo em vista a atual conjuntura da Segurança Pública no Rio de Janeiro, onde ocorre uma Intervenção Federal comandada por um general do Exército Brasileiro e há um crescente emprego das Forças Armadas como uma quase-polícia [32], é possível considerar que a discussão sobre militarismo e militarização, a separação entre o âmbito civil e o militar, etc., são bastante contemporâneas ainda.

Todavia, como essa pesquisa tentou demonstrar e argumentar, considerar que o emprego das Forças Armadas e a militarização da PMERJ, são as únicas ou mais importantes expressões do processo de militarização, é um entendimento problemático. Como explicitado no decorrer desse relatório, o argumento aqui exposto não é que essas expressões não sejam importantes, mas que não são as únicas e que pautarmos o debate apenas por elas é bastante limitado. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi, a partir do mapeamento de abordagens sobre

militarização, identificar os limites e apontar maneiras alternativas de se pensar a desmilitarização. Ademais, ao considerar história da região, é possível também afirmar que esse debate não é exclusivo do Brasil, muito menos da cidade do Rio de Janeiro. Assim sendo, a pesquisa também serviu para se pensar a conjuntura de militarização na região e possíveis maneiras de se começar a abordar esse fenômeno por uma ótica transnacional.

E, por fim, essa pesquisa, ao que tange o Rio de Janeiro e ao Brasil, também tentou contribuir adicionando o aspecto racial, que caracteriza a violência e a militarização localmente, à concepção de Cynthia Enloe. Nessa perspectiva, a pesquisa também tem como conclusão a afirmativa de que é preciso pensar a militarização e a desmilitarização, em termos racializados, com propósito de que se possa pensar uma desmilitarização profunda e que garanta de fato o Estado Democrático de Direito.

Bibliografia

- 1 - STRAVIANAKIS, A; SELBY, J. Militarism and international relations in the twenty-first century. In: STRAVIANAKIS, A; SELBY, J (orgs.). **Militarism and International: Political economy, security, theory**. Nova Iorque: Routledge, 2003, p. 3-18.
- 2 - KINSELLA, D. The global arms trade and the diffusion of militarism. In: STRAVIANAKIS, A; SELBY, J (orgs.). **Militarism and International: Political economy, security, theory**. Nova Iorque: Routledge, 2003, p. 104-116.
- 3 - SLACK *et al.* The Geography of Border Militarization: Violence, Death and Health in Mexico and the United States. **Journal of Latin American Geography**, v. 15, nº 1, 2016.
- 4 - SCHULZKE, M. Necessary and surplus militarisation: Rethinking civil-military interactions and their consequences. **European Journal of International Security**, v. 3, part 1, p. 94–112, 2018.
- 5 - LIMA, R.S; BUENO, S; SANTOS, T. **Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública**. São Paulo: Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Opiniao_policiais_brasileiros_reformas%20seguranca_publica_2014.pdf. Último acesso em: 10/06/2018.
- 6 - BIER, J.M. Introduction: Everyday Zones of Militarization. In: BIER, J.M. (org.). **The Militarization of Childhood: Thinking Beyond the Global South**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2010, p. 1-15.
- 7 - CROW, L.A. Superheroes or Super-soldiers?: The Militarization of Our Modern-Day Heroes. In: BIER, J.M. (org.). **The Militarization of Childhood: Thinking Beyond the Global South**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2010, p. 111-131.
- 8 - CARTER, S *et al.* Ludic – or Playful – Geopolitics. BENWLL, M.C; HOPKINS, Peter (orgs.). **Children, Young People and Critical Geopolitics**. Nova Iorque: Routledge, 2018, p. 61-73.
- 9 – DER, DERIAN
- 10 - SHAW, M. Twenty-first century militarism: A historical-sociological framework. In: STRAVIANAKIS, A; SELBY, J (orgs.). **Militarism and International: Political economy, security, theory**. Nova Iorque: Routledge, 2003, p. 19-32.
- 11 – ENLOE
- 12 - KRUIJT, D; KOONINGS, K. From political armies to the ‘war against crime’: The transformation of militarism in Latin America. In: STRAVIANAKIS, A; SELBY, J (orgs.). **Militarism and International: Political economy, security, theory**. Nova Iorque: Routledge, 2003, p. 91-103.

- 13 - DIAMOND, L *et al.* **Democracy in Developing Countries: Latin America**. Boulder: Lynne Rienner, 1999, p. 520.
- 14 - TELLES, A.C; GAMA, G. Guerra às Drogas e Militarização da Segurança Pública: Da Redemocratização às UPPs. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 6, n. 2, 2015.
- 15 - BOWMAN, K. M. **Militarization, Democracy, and Development: The Perils of Praetorianism in Latin America**. Pensilvânia: The Pennsylvania University Press, 2004, p. 304.
- 16 - ZAVERUCHA, J. De FHC a Lula: A Militarização da Agência Brasileira de Inteligência. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, p. 177-195, nov. 2008.
- 17 - RESTREPO MORENO, Alberto. ¿Qué es más fácil: militarizar a un civil o civilizar a un militar?. **Análisis Político**, n. 2, p. 127-138, set/dez, 1987.
- 18 - NEOCLEOUS, M. **War Power, Police Power**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2014, p. 302.
- 19 - FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 42 ed., 2014, p. 302.
- 20 - VÁSQUEZ, J. C. R.; CORREAL, O.I.; ZULUAGA, V.M. **La tenue línea de la tranquilidad**: Estudio comparado sobre seguridad ciudadana y policía. 1.ed. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2006. 274p.
- 21 - AZZI, V.F. Security for Show? The Militarisation of Public Space in Light of the 2016 Rio Olympic Games. **Contexto Internacional**, v.39, n.3, p. 589-607, set./dez. 2017.
- 22 - RAMOS, S. Violência e polícia: Três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. **Boletim Segurança e Cidadania**, no. 21, mar. 2016.
- 23 - BRODEUR, J.P.. **The Policing Web**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- 24 - HUMAN RIGHTS WATCH. **“O Bom Policial Tem Medo”**: Os Custos da Violência Policial no rio de Janeiro. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/brazil0716portweb_4.pdf. Último acesso em: 10/06/2018.
- 25 - ANISTIA INTERNACIONAL. **“Você matou meu filho”**: Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho-Anistia-Internacional-2015.pdf>. Último acesso em: 10/06/2018.
- 26 - NÓBREGA JÚNIOR, J.M.P. A Militarização da Segurança Pública: Um entrave para a democracia brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 35, p. 119-130, fev. 2010.
- 27 - PAIVA, M.R. “Não acabou, tem que acabar, quero o fim da Polícia Militar”. **Estadão**, Rio de Janeiro, 16 mar.2016. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/nao-acabou-tem-que-acabar-quero-o-fim-da-policia-militar/>. Último acesso em: 10/06/2018.
- 28 - SOARES, L.E.; BATISTA, A.; PIMENTEL, R. **Elite da Tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006, p. 312.
- 29 - PINHEIRO, L.G.B. **Ocupa Borel e a Militarização da Vida: Violações de Direitos Humanos em uma favela militarmente ocupada**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 180.
- 30 - SILVA, J. **Racismo e Violência no Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 2016, p. 265.
- 31 - ALESSI, G. No Brasil, dois países: para negros, assassinatos crescem 23%. Para brancos, caem 6,8%, 17. jun. 2018, **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/05/politica/1528201240_021277.html. Último acesso em: 17/07/2018.

32 – CESEC. **À Deriva: sem programa, sem resultado, sem rumo.** Disponível em: http://observatoriodaintervencao.com.br/wp-content/uploads/2018/04/RELATORIO_01_observ-interv_bx.pdf. Último acesso em: 17/07/2018.